

Pesquisa em Debate

**A REPRESENTAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO NO
LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO**

**THE REPRESENTATION OF ETHNIC AND RACIAL DIVERSITY AND
GENDER IN THE TEXTBOOK OF THE BRAZILIAN ELEMENTARY SCHOOL**

Helio Santos

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo e Professor da Fundação Visconde de Cairu.

Renata Queiroz

Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos e Professora da Rede Municipal de Ensino e do SESI SP.

Resumo

O presente artigo procura compreender criticamente as alterações na representação da diversidade étnico-racial e de gênero ocorridas em livros didáticos nas décadas de 90 e 2000. Para a seleção dos dados mais relevantes, utilizou-se de seis categorias analíticas: momentos de lazer, brinquedos e brincadeiras; profissões; composição e relacionamento familiar; festas e manifestações culturais; personalidades e situações do cotidiano escolar. A análise revelou que os livros dos dois períodos analisados ainda veiculam preconceito explícito através de seus textos, imagens e ilustrações. No entanto, a representação do preconceito de modo sutil é predominante. Esse quadro demonstra que os livros lançados em pleno século XXI ainda não conseguem contribuir para uma educação efetivamente democrática e comprometida com a formação do aluno consciente da riqueza da diversidade humana.

Palavras - chave: diversidade; representação; livro didático; gênero; étnico-racial; preconceito; educação.

Abstract

This article seeks to critically understand the changes in the representation of the ethnic-racial and gender diversity occurred in textbooks in the decades of 90 and 2000. To select the most relevant data, we used six analytical categories: moments of leisure; toys and games; professions; composition and family relations; parties and cultural events; personalities and situations of everyday school life. The analysis revealed that the books of the two time periods analyzed still convey explicit bias in his texts, images and illustrations. However, the representation of subtle prejudice is predominant. This table shows that the books published in twenty-first century cannot yet contribute to an effective democratic education and committed to training the student aware of the richness of human diversity.

Keywords: diversity; representation; textbook; gender; ethnic-racial; prejudice; education.

Introdução

O livro didático é um dos mais antigos instrumentos de trabalho dos educadores brasileiros. Há registros que em meados do século XVIII surgiram os primeiros livros produzidos para uso escolar. No entanto, durante muito tempo não existiu nenhum órgão governamental responsável pela avaliação da qualidade dos livros didáticos utilizados pelo alunado brasileiro e diferentes gerações de alunos receberam livros muito semelhantes.

Apesar dos livros serem distribuídos e lançados em larga escala, surgiram a partir do final da década de 70, trabalhos de pesquisadores que desconfiaram da neutralidade do livro didático e começaram a investigar seu caráter ideológico. Esses estudos demonstraram que o livro didático falseia a realidade, não promove a criticidade e serve a pedagogia repressiva do século passado, adequada a modelos paleocapitalistas. É introduzido na escola com a função precípua de veicular a ideologia dominante.

Em 1985, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para controlar a distribuição gratuita dos livros didáticos aos alunos da rede pública. E somente em 1997, tal programa instituiu a avaliação dos livros e lançou o Guia do Livro Didático. Desde então, só podem ser adotados os livros aprovados pelo programa.

Nessa mesma época, inicia-se a reflexão sobre a importância da valorização da diversidade humana no sistema educacional brasileiro. Sabe-se que os indivíduos são definidos, num primeiro momento, pelas dimensões primárias da diversidade que correspondem às características inatas ou quase imutáveis como: gênero, etnia, idade e orientação sexual. Posteriormente, as pessoas são definidas pelas dimensões secundárias da diversidade, que são aquelas que podem ser modificadas ao longo de sua vida: grau de escolaridade, religião, classe social, profissão, etc. Há de se considerar ainda as chamadas diversidades sutis, que também podem mudar ao longo da vida, como temperamento, filosofia de vida, vocação, entre outros aspectos que revelam as características dos indivíduos em determinada sociedade.

Diversos pesquisadores afirmam que as sociedades têm se empenhado em travar uma guerra contra os diferentes do padrão estabelecido como ideal, definido pela ideologia. Assistimos estarecidos o crescimento da xenofobia, homofobia, racismo, sexismos, uma

onda anti-imigrante na Europa e ao crescimento das organizações radicais de extrema direita.

A escola pode atuar para que os cidadãos reconheçam, valorizem e pesquisem a enorme diversidade brasileira, promovendo assim o respeito às diferenças.

O presente artigo tem como objetivo analisar como a diversidade étnico-racial e de gênero vem sendo representada nos livros didáticos de Língua Portuguesa e Matemática, dos quatro primeiros anos do ensino fundamental, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático, nas décadas de 90 e de 2000. O instrumento utilizado para a coleta de informações acerca das representações da diversidade é a análise de conteúdo dos livros didáticos, cujo objetivo é compreender criticamente tanto o conteúdo explícito como o oculto.

Com base na teoria da diversidade, será feita a análise dos enunciados e ilustrações dos livros didáticos; para identificar como os mesmos representam etnias e gênero e se estão contribuindo para uma educação efetivamente democrática ou para a criação de estereótipos e conseqüentemente para a reprodução das desigualdades.

A importância da diversidade humana num mundo marcado pelas diferenças.

O termo diversidade é muito empregado na biologia. Segundo o artigo 2º da Convenção sobre diversidade biológica, refere-se “à variabilidade de organismos vivos de todas as origens”¹. A diversidade de espécies é fundamental para a continuidade da vida do planeta, tendo em vista as cadeias alimentares e a interdependência entre as espécies. Por esses motivos, a diversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza e representa um imenso potencial econômico.

Dentre as inúmeras espécies de seres vivos estão os seres humanos que constituem uma das espécies mais variadas que existem no nosso planeta.

¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre diversidade biológica. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb1.php. Acesso em 20/05/2006.

No decorrer da história da humanidade, os indivíduos tenderam a “utilizar estas diferenças de aparência para supor a origem dos indivíduos”.² O exemplo mais emblemático desse fato é supor que as pessoas de pele escura são descendentes de africanos. No entanto, encontram-se populações com tal característica na Ásia, Austrália e no sul da Índia.

Essa tendência de categorizar as pessoas tem causado genocídios, sofrimento e intolerância por ser comum ocorrer a associação das características fenotípicas ao “status” social. A humanidade utilizou durante muito tempo e ainda utiliza com novas formas diferenças físicas como rótulos que já fazem supor a origem dos indivíduos e sua suposta inferioridade ou superioridade biológica. Dessa forma, justificou-se sem grandes dificuldades o extermínio de mais de seis milhões de pessoas da “raça” judia, na Segunda Guerra Mundial e da “raça” negra, entre os séculos XVI e XIX.

O estudo da evolução humana, alicerçado principalmente nas recentes descobertas no campos da genética, psicologia e paleontologia, nos ajuda a compreender como e por que viemos a ser o que somos e superar a hierarquização dos indivíduos baseada nas características fenotípicas.

O estudo celular revelou que nossas células são compostas de cromossomos, constituídos de DNA, “uma espécie de pergaminho molecular”. A seqüência dos nucleotídeos dos cromossomos é como um *livro* “que especifica a identidade biológica de cada indivíduo.”³ Dessa forma, determina as nossas características fenotípicas transmitidas de geração a geração. Os grupos são geneticamente próximos demais para diferir em algo mais do que detalhes físicos irrelevantes. As diferenças fenotípicas utilizadas pelos preconceituosos para proclamar a sua superioridade não significam nada.

Todos os humanos existentes hoje são descendentes dos chamados humanos modernos que surgiram na África há cerca de cem mil anos e depois se espalharam pelos quatro cantos do planeta. Como compreender o argumento da inferioridade biológica e suas conseqüências (opressão, escravidão e discriminação), se todos tiveram a mesma origem, contraditoriamente na África?

² OLSON, Steve. *A história da humanidade*. 2ª ed., São Paulo: Campus, 2002.

³ CAVALLI-SFORZA, Luca e CAVALLI-SFORZA, Francesco. *Historia da diversidade humana*. Trad. de Laura Cardellini Barbosa Oliveira, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 101.

Os Cavalli-Sforza lembram de uma verdade tão elementar sobre a natureza humana que não imaginávamos necessitar ser citada em pleno século XXI. Ensina-nos que:

”Em sango, uma língua da África Central, Zo we Zo, significa um homem é um homem. Uma pessoa é uma pessoa: todo ser humano é igualmente digno. Esta verdade está ofuscada nestes tempos pela devastação de países pela violência racial, pelos genocídios, pelas guerras econômicas e religiosas, pelas contendas seculares”⁴.

A formação da identidade do indivíduo está relacionada às características atribuídas pela sociedade e à maneira como ele assimila essas informações. É uma trajetória cultural e não biológica. Distintas sociedades em momentos históricos diversos tenderam a buscar moldar os indivíduos de seu grupo e estabelecer um padrão ideal a ser almejado por todos.

Esse processo está intrinsecamente relacionado à disputa pelo poder pelos diferentes grupos que em momentos distintos da trajetória da humanidade alcançaram a dominação sobre os demais.

Na Antiguidade, as relações eram sempre entre vencedor e cativo e independiam da raça. Muitas vezes, os povos guerreavam entre si e o vencido tornava-se cativo do vencedor. Os gregos consideravam bárbaros, significando gaguejantes, todos aqueles que não falavam a sua língua. Na Idade Média, o viés do preconceito era religioso, os não-cristãos eram perseguidos, com o objetivo claro de manter o poder nas mãos da igreja católica. Com o Renascimento, o dinheiro assumiu a liderança na ordem dos valores, pois só ele podia ser aplicado nas mais variadas atividades lucrativas; enquanto a agricultura ficava em segundo plano. Esse processo teve como consequência a consolidação do sistema capitalista.

Em tal cenário, em meados do século XIV, a Europa iniciou sua caminhada em direção à conquista econômica e tecnológica de diversos continentes. Para justificar essa dominação, “os europeus denominaram-se representantes de uma civilização culta e superior. Nesse processo de conquistas possibilitado pela descoberta de novas rotas

⁴ *Idem*, p.15.

marítimas, os europeus reinstalaram o trabalho escravo, desaparecido desde o século V. Para defender a riqueza e justificar a exploração e o tratamento desumano, ancoraram suas justificativas na cor da pele. Difundiram o mito de que os indivíduos não brancos que encontravam nos territórios conquistados eram de raças inferiores e precisavam ser civilizados.

Considerar o grupo mais pobre como inferior e incapaz é outra vertente muito comum do preconceito em diferentes nações. A esse respeito os Cavalli-Sforza ressaltam que “nos EUA, os grupos étnicos que chegaram por último sempre foram os mais pobres. Eles sofreram o racismo de grupos que haviam chegado antes e que, tendo tido tempo para adaptações, sentiram-se superiores”.⁵ Mais uma vez é possível observar que o objetivo é manter o poderio econômico e a dominação.

Outro aspecto pelo qual as pessoas são definidas é o gênero que, historicamente, tem representado um elemento diferenciador nas sociedades. Em todas as culturas, em épocas distintas, existiu preocupação em torno do sexo masculino ou feminino.

Durante muito tempo, acreditava-se que características atribuídas à masculinidade ou à feminilidade eram determinadas biologicamente. As diferenças físicas entre homens e mulheres seriam responsáveis pelo comportamento, costumes e preferências. E essas diferenças seriam as causadoras da desigualdade, as mulheres, mais frágeis, seriam inferiores, daí a necessidade de submissão aos homens. Essa crença, “com base em definições essencialistas do que é ser homem e/ou mulher [edificou-se] num sistema de discriminação e exclusão entre os sexos, além de vários estereótipos”.⁶

Esse quadro engendrou a consolidação da dicotomia entre público e privado, que é um discurso amplamente aceito. Torna-se natural associar essa mulher definida pelo dicionário à esfera privada, dos cuidados com a casa e a família e esse homem à vida pública, o provedor que trabalha para sustentar a família. A biologia é a responsável por esta divisão sexual do trabalho, afinal as mulheres são frágeis para trabalhar fora e os homens são incapazes de cuidar de crianças, porque não é da sua natureza a amabilidade necessária.

⁵ CAVALLI-SFORZA, Luca e CAVALLI-SFORZA, Francesco. *Op. cit.* p. 323.

⁶ VIANA, Cláudia. Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino. *In: FÁRIA, Nalu et ali. Gênero e Educação.* São Paulo. Secretaria Municipal de Educação, 2003, p.47.

Essa visão estreita, assim como a questão étnica, prestou inestimável serviço ao capitalismo. Ancorada na crença simplista da superioridade biológica, justificaram-se as desigualdades sociais, políticas e econômicas entre homens e mulheres. Estudos posteriores revelaram, no entanto, o caráter histórico e cultural das diferenças entre os sexos, fator pelo qual as pessoas aprendem os papéis masculino e feminino na sociedade. Logo, se não há determinismo biológico, existe a possibilidade de transformação das relações desiguais entre homens e mulheres.

Em tal contexto, o foco passa a ser o valor que as sociedades dão às diferenças, pois “os biólogos podem nos dizer que, estatisticamente, os homens são mais fortes que as mulheres, mas eles não podem nos dizer por que a força e as atividades masculinas, em geral, parecem ser mais valorizadas em todas as culturas”.⁷ Essa valorização é permeada por relações de poder.

Existem também muitas semelhanças entre homens e mulheres que não são valorizadas nas sociedades. Se um menino tem interesse por um brinquedo tido como feminino, uma boneca, por exemplo, esse interesse é ignorado e ele é educado e incentivado para as preferências masculinas. O interesse diferente do padrão é sutilmente “abafado” pelos discursos sociais.

Os pesquisadores dos diversos aspectos pelos quais as discriminações se efetivam reconheceram a necessidade de considerar o indivíduo globalmente para lutar contra as diversas formas de opressão. Nalu Faria, afirma que “só é possível analisar as relações de gênero, considerando a condição global das pessoas: raça, classe, idade... Uma mulher branca rica é ensinada a ser mulher de maneira muito diferente do que uma negra pobre”.⁸

Para Cavalleiro, na nossa sociedade o não-diferente, o ideal, o padrão, é o homem branco heterossexual de classe média urbana⁹, os outros são descritos pelas diferenças em relação ao “ideal”. Dessa forma, a diferença é utilizada para a consolidação do poder.

⁷ ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise. *Apud CASAGRANDE, Lindamir Salette Casagrande. Quem mora no livro didático?*(Dissertação de Mestrado) CEFET-PR, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Curitiba, 2005, p.21.

⁸FARIA, Nalu *et alli. Op. cit.* p. 41.

⁹ CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.* (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação, 1998.

Nesse contexto, a diversidade surge como um conceito que incita à valorização das potencialidades dos seres humanos. Helio Santos afirma que “as diferenças são bem-vindas: iguais são as baratas, as ratazanas, as tanajuras e os seixos dos rios.” Dessa forma “a espécie humana é rica, porque variada em termos culturais, físicos, religiosos, habilidades profissionais, etc. As diferenças se constituem, portanto, fator essencialmente humano. Negá-las é contradizer a própria humanidade que está em permanente evolução”.¹⁰

Implicações educacionais da problemática da diversidade.

A valorização da diversidade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento efetivo dos cidadãos e das cidadãs. É possível afirmar, numa primeira análise, que a escola é o palco da diversidade, é nela que o aluno relaciona-se diariamente com os outros, distante do controle familiar.

Claudia Vianna e Sandra Ridenti alertam, no entanto, que “se a questão da diferença é fundamental para [entender] as relações que ocorrem na escola, por ser um espaço de sociabilidade e de práticas culturais, muitas vezes essas práticas acabam traduzidas em estereótipos e preconceitos”.¹¹ A escola pode contribuir tanto para a celebração como para a negação da diversidade. É uma questão de escolha, que não pode ser separada do cenário social, político e econômico e da conseqüente disputa de poder.

As teorias curriculares explicitam essa opção, pois representam a escolha dos conhecimentos que a prática pedagógica irá privilegiar. O ponto central das teorias dos currículos tradicionais é o fato de preocuparem-se com a manutenção do *status quo* através da difusão dos conhecimentos e saberes dominantes. A escola deve ser o local de receber informações e armazenar a maior quantidade delas. O ensino tradicional não se preocupa com as diferenças entre os alunos, todos devem ser extremamente eficientes, o que equivale a aprimorar a capacidade de memorização de informações. A padronização é almejada, não

¹⁰ SANTOS, Helio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 29.

¹¹ VIANA, Cláudia e RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito In: AQUINO, Julio Gropa (coordenador) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998, p 96.

se acredita que um aluno possa aprender com outro, trocar experiências e desta forma reconhecer e valorizar a diversidade dos parceiros de aprendizagem. O professor é o detentor do saber e deve transmiti-los aos alunos, sem preocupar-se com as peculiaridades e ritmos de aprendizagem de cada educando.

As teorias críticas, no entanto, refletem sobre as relações de poder estabelecidas nas instituições educacionais. Tomaz Tadeu da Silva relaciona o conceito de currículo oculto à problemática da diversidade. Defende que, ao considerar também “as dimensões de gênero, da sexualidade ou da raça, aprende-se [através do] currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada etnia”.¹²

Com base nessa constatação é possível supor que professores podem ensinar o que é ser menino em determinada sociedade, não através de uma aula sobre as qualidades viris masculinas, mas sim através de sua postura, do contentamento com determinada atitude de um menino e a estranheza quando uma menina comporta-se de forma mais enérgica ou ainda quando espera que um menino seja mais desleixado com seus materiais e as meninas mais cuidadosas.

As representações da diversidade veiculadas nos livros didáticos

A visão que o aluno tem das diversidades é muito influenciada pelas representações apresentadas a ele nos bancos escolares. E as alterações de representação veiculadas não podem ser descontextualizadas do contexto social, político e econômico. O livro didático “ministra aulas diárias sobre a diversidade” nas diversas escolas brasileiras; seja por meio do silenciamento ou da inclusão proposital da temática nos diversos conteúdos abordados.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) representou um avanço significativo por contemplar a avaliação pedagógica dos livros passíveis de serem recomendados pelo programa e adotados na rede pública.

¹² Silva, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 79.

Apesar dos avanços, há quem denuncie que “o silenciamento na questão do negro e discriminação em uma obra recomendada pelo MEC continuam intensos. Desta forma o livro didático participa da política vedada de branqueamento da sociedade brasileira”.¹³ A problemática do preconceito no livro didático é estudada atualmente, principalmente, investigando a questão da qualidade da inclusão do negro no livro didático.

As amostras do presente estudo foram compostas por livros de língua portuguesa e matemática dos quatro primeiros anos do ensino fundamental. A amostra 1 foi composta por livros lançados na década de 90; a amostra 2 foi composta por livros lançados na década de 2000.

Os dados compostos de trechos de textos, imagens e ilustrações, foram divididos em seis categorias analíticas.

Na categoria representação dos momentos de lazer, brinquedos e brincadeiras, observa-se nos livros das duas amostras que a representação de brinquedos associado ao gênero é recorrente. Os meninos brincam com bolinhas de gude, carrinhos e canoas de brinquedo. Na representação das coleções, as crianças são novamente divididas por gênero, os meninos colecionam figurinhas, selos, chaveiros e as meninas papéis de carta.

Nas imagens da amostra 1, a representação das brincadeiras cantadas é repleta de crianças brancas que brincam entre si. Verificam-se crianças que têm o mesmo tom de pele e altura. As meninas têm cabelo longo e vestem saia, enquanto o menino de cabelos curtos está vestido de azul. Quando há negros representados, geralmente aparecem sozinhos em meio a crianças brancas. Os livros reforçam a idéia de que o padrão é a criança branca, ocasionalmente representam alguém “diferente”. Não são representados nas brincadeiras pessoas com deficiência, crianças de diferentes idades brincando entre si, diferentes tipos físicos, tons de pele e tantos outros aspectos reveladores da imensa diversidade humana.

Já na amostra 2, é possível identificar na representação de brincadeiras cantadas e populares, um maior número de crianças negras do que na amostra 1. No entanto, essa inclusão ainda é limitada, pois apesar de não ser possível localizar nos livros analisados um

¹³ OLIVEIRA, Alair Gregório de. *O silenciamento do livro didático sobre a questão étnico-cultural na primeira etapa do Ensino Fundamental*. Revista Espaço- Acadêmico – no 40, 2004.

grupo com predominância de negros brincando, é muito comum a representação de grupos de crianças brancas brincando entre si.

Na categoria das profissões, observa-se nas duas amostras representações das mulheres desempenhando atividades limitadas e associadas às tarefas domésticas. São escassas as representações de homens e mulheres trabalhando juntos. Reforçam a crença de que o tipo de trabalho desempenhado pela mulher é muito diferente do feito pelo homem. Não há em nenhuma amostra questionamento sobre a profissão que a criança desejará exercer no futuro e a valorização deste desejo.

Os trabalhadores e trabalhadoras não-brancos são pouquíssimo representados nas duas amostras. Percebe-se uma inclusão superficial que serve ao mito da democracia racial, à medida que afirma que o negro está presente no livro didático, mas sem espaço e qualidade.

Na categoria da composição e relacionamento familiar observa-se nas duas amostras que a mãe é a personagem mais citada, geralmente em situações de cuidado com os filhos. A imagem do pai é associada à orientação. O homem conversa com o filho, mas não participa do cuidado direto com a criança. A família do livro didático é estereotipada. Ignora-se o fato de que em algumas sociedades, o homem tem a responsabilidade de cuidar dos filhos. Não se considera ainda que nas sociedades modernas, cada vez mais, pais e mães desenvolvem atividades profissionais e muitas crianças passam o dia em escolas de tempo integral. Nas famílias dos estudantes, é bem provável que já existam casos de pais, tios, avôs ou irmãos auxiliando ou mesmo assumindo integralmente a educação dos filhos e as tarefas domésticas

Quanto à questão étnica, as imagens da amostra 1 ignoram as famílias com membros negros. Na amostra 2 há uma modesta inclusão de personagens negros que não representam corretamente a população brasileira constituída por cerca de 48% de negros e pardos e reforçam o mito da democracia racial, à medida que é possível utilizar-se desses casos para afirmar que não existe preconceito.

Na categoria festas e manifestações culturais, observa-se em ambos os períodos, que a Cultura Africana é ignorada. Não levam em conta, em sua maioria, o contexto onde a escola está inserida e a diversidade de manifestações culturais.

Encontrou-se poucos dados na categoria personalidades, logo, os livros didáticos perdem a oportunidade de apresentar aqueles que se destacaram e marcaram época pelos seus feitos. Escassas são as personalidades negras e femininas representadas nos materiais das duas amostras.

Na categoria que compilou dados sobre situações do cotidiano escolar, observa-se nas duas amostras a predominância da representação de mulheres no exercício do magistério. A presença de professores e professoras negras não foi representada nos livros analisados, o que é inaceitável, tendo em vista o distanciamento da realidade das salas de aula das escolas públicas brasileiras, nas quais esses materiais circulam diariamente.

É possível perceber que nenhum livro didático das duas amostras, conseguiu representar em sua totalidade os variados aspectos que permeiam as diversas situações de sala de aula. Faltou, principalmente, um maior número de representações de salas de aula com crianças e docentes de diversos gêneros, etnias, necessidades, idades; debatendo, argumentando, brincando e aprendendo juntos.

Considerações finais

A análise revelou que em pleno século XXI os livros didáticos ainda veiculam muito preconceito de modo explícito. As alterações a que as obras mais recentes foram submetidas não foram suficientes para abolir estas representações. As crianças aprendem a associar a cor preta ao “feio”, temível, pavoroso. São estimuladas a satirizarem as mulheres por sua fragilidade, que as faz ter medo de insetos.

Essas representações confirmam que a escola ao invés de ser o palco da diversidade, assume, em vários momentos, o papel de instância geradora de preconceitos. Esta educação perde a possibilidade de contestar os mitos que foram introjetados nas crianças pela cultura racista e sexista em que foram socializadas. Por conseguinte, tal representação tendenciosa, deixa marcas naqueles que estão iniciando o seu desenvolvimento e atuam na *contramão* da cidadania.

No entanto, observou-se que a maioria das representações errôneas, acontece de modo sutil. Reforçam a impressão de que o Brasil é um país de democracia racial, no qual

há equidade de gênero, pois homens e mulheres teriam as mesmas oportunidades na sociedade.

Ensina-se, sutilmente, que a população negra é alegre, por viver num país sem preconceito. Em nenhum momento, se representa o *negro real*, que foi escravizado, oprimido e enfrenta imensos desafios na sociedade contemporânea.

Os livros didáticos continuam dando prioridade à representação do suposto indivíduo *padrão* da sociedade brasileira: homem, esguio, heterossexual, feliz, trabalhador, casado e com filhos. Incluem-se, timidamente, alguns indivíduos considerados *diferentes*, mas despreza-se a história de vida destes indivíduos integrantes de grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, as publicações não foram pro-ativas trazendo mulheres e negros em destaque e nem chegaram a representar as pessoas com deficiência, omissão preocupante, tendo em vista o direito do aluno à formação integral.

Os alunos e alunas estudantes das escolas públicas brasileiras, ao folhearem as páginas dos livros didáticos analisados, deparam-se com a representação distorcida de um país que vem obtendo avanços legais em prol da valorização da diversidade. O avanço expresso na Constituição Brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e no Parecer CNE/CP 03/04, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais precisa ser efetivado no cotidiano das salas de aula, nas quais o livro didático é um dos instrumentos mais utilizados.

Neste sentido, foi possível identificar alguns avanços nas representações da diversidade étnico-racial e de gênero nos livros didáticos estudados. Apesar de limitados, é possível que estes progressos sejam a *ponta do iceberg*, o início de um processo de conscientização e readequação. No entanto, é provável que esta aproximação da realidade só seja consolidada a partir da mobilização de diversos setores da sociedade.

O livro didático democrático precisa falar diretamente sobre a diversidade. Por mais que algumas propostas permitam que alguma reflexão sobre a temática aconteça, é necessário que os livros explicitem a questão. As representações precisam ser repletas de imagens e textos do Brasil real com seus encantos e contradições. Por esta óptica, é preciso garantir representações das inúmeras peculiaridades dos seres humanos: negros, homens,

mulheres, pessoas com deficiência, indivíduos de diversas nacionalidades, crenças, etc. Este livro almejado reconhece, valoriza e trabalha efetivamente a favor da diversidade.

O livro didático é um dos agentes formadores e recriadores da identidade do aluno. O seu papel na formação do auto-conceito de um indivíduo que inicia o seu desenvolvimento é primordial. Dessa forma, as representações veiculadas interferem nos valores e atitudes que poderão guiar os meninos e meninas que estudam com estas obras por um período muito além dos anos de escolarização básica. Podem deixar marcas que perduram por toda a vida. A escola pode e deve promover a valorização das múltiplas identidades que compõem o povo brasileiro. Para tanto, muitos desafios precisam ser superados e o livro didático deve ser um dos agentes desta transformação. Não é possível pensar a escola democrática brasileira sem este novo livro didático.

Referências bibliográficas

- AQUINO, Júlio Groppa. *Diferenças e preconceito na escola – alternativas teóricas e práticas*. 3. ed., São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- CASAGRANDE, Lindamir Salette Casagrande. *Quem mora no livro didático?*(Dissertação de Mestrado) CEFET-PR, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Curitiba, 2005.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós - graduação em Educação, 1998.
- CAVALLI-SFORZA, Luca & CAVALLI-SFORZA, Francesco. *Historia da diversidade humana*. Trad. de Laura Cardellini Barbosa Oliveira, São Paulo: Editora UNESP , 2002.
- FARIA, Nalu *et alli*. *Gênero e Educação*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.
- OLIVEIRA, Alaor Gregório de. O silenciamento do livro didático sobre a questão étnico-cultural na primeira etapa do Ensino Fundamental. *Revista Espaço- Acadêmico – nº 40*, 2004.

OLSON, Steve. *A história da humanidade*. 2ª ed., São Paulo: Campus, 2002.

QUEIROZ, Renata. *A representação da diversidade étnico-racial e de gênero no livro didático do ensino fundamental brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade São Marcos, 2008.

SANTOS, Helio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2002.